





Em nome de “Deus”: (auto)biografia sobre as mutilações ao eu social no contexto de uma instituição total e suas implicações na formação de identidade(s) de uma educadora¹

In the name of “God”: (auto)biography about the mutilations of the social self in the context of a total institution and its implications in the formation of identity(ies) of an educator

 **Rose Fernandes de Souza**
Mestra em Educação

Instituto Federal Catarinense – IFC 
Itajaí, Santa Catarina – Brasil
ro.fdesouza40@gmail.com

 **Alexandre Vanzuita**
Pós-doutor em Educação

Instituto Federal Catarinense – IFC 
Camboriú, Santa Catarina – Brasil
alexandre.vanzuita@ifc.edu.br

Resumo: O artigo discute, por meio da (auto)biografia, as mutilações do eu social em uma instituição total conventual, analisando sua influência na formação de minha identidade pessoal e profissional como educadora. Para tal, temos como fio condutor a seguinte questão: como ressignificar e potencializar a reminiscências experienciadas num incessante processo de reflexão/ação em nosso agir pessoal e profissional? Os resultados nos conduzem à compreensão das articulações entre as temporalidades do presente, passado e prospecção futura no processo dinâmico de ressignificação do devir e inacabamento dos sujeitos à luz da (auto)biografia.

Palavras-chave: (auto)biografia; formação; identidade; instituição total.

Abstract: The article discusses, through (auto)biography, the mutilations of the social self in a total conventual institution, analyzing its influence on the formation of my personal and professional identity as an educator. To this end, we have the following question as our guiding principle: how can we give new meaning to and enhance the reminiscences experienced in an incessant process of reflection/action in our personal and professional actions? The results lead us to understand the articulations between the present, past and future prospecting temporalities in the dynamic process of ressignifying the subjects' becoming and incompleteness in the light of (auto)biography.

Key-words: (auto)biography; training; identity; total institution.

Cite como

(*ABNT NBR 6023:2018*)

SOUZA, Rose Fernandes de; VANZUITA, Alexandre. Em nome de “Deus”: (auto)biografia sobre as mutilações ao eu social no contexto de uma instituição total e suas implicações na formação de identidade(s) de uma educadora. *Dialogia*, São Paulo, n. 49, p. 1-19, e26794, maio/ago. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/49.2024.26794>

American Psychological Association (APA)

Souza, R. F. de, & Vanzuita, A. (2024, maio/ago.). Em nome de “Deus”: (auto)biografia sobre as mutilações ao eu social no contexto de uma instituição total e suas implicações na formação de identidade(s) de uma educadora. *Dialogia*, São Paulo, 49, p. 1-19, e26794. <https://doi.org/10.5585/49.2024.26794>

¹ UNIEDU - Programa de bolsas universitárias do Estado de Santa Catarina.

Introdução

O artigo discute, por meio da (auto)biografia, as mutilações ao eu social em uma instituição total conventual (Goffman, 2015), analisando sua influência na formação de minha identidade pessoal e profissional enquanto educadora. A tessitura desta escrita possui sua gênese investigativa no curso de mestrado em educação (linha de pesquisa “Processos Formativos e Políticas Educacionais”) do Instituto Federal Catarinense (IFC), campus Camboriú.

Partindo desse caminhar, a questão que faz pulsar o movimento pela busca de lançar um olhar enviesado sobre as vivências empíricas em que se entrelaçam o eu pessoal e o eu profissional, emana das madrugadas de solidão povoada, e horas a fio, no processo exegético e dialógico de contribuir para a construção do conhecimento a partir das obras de Foucault (2008, 2014), Goffman (2015), Freire (1996, 2015, 2022a, 2022b) e outros referenciais que se articulam à temática em questão. Assim, à luz epistemológica de Freire (2015), quando afirma não ter nascido marcado para ser professor, mas que antes, porém, seu exercício na profissão docente se constituiu das diversas tramas em sua práxis cotidiana, questionamos: Como ressignificar e potencializar a reminiscências experienciadas num incessante processo de reflexão/ação em nosso agir pessoal e profissional?

Provocados por esta problematização, consideramos que atribuir novos sentidos ao vivido envolve, entre outras questões, a articulação entre temporalidades presente, passado e futuro. Assim, reabrimos o passado no presente, para inventar o porvir através da mediação da palavra, reconhecendo nesse processo a indissociabilidade entre as objetividades e subjetividades que se desvelam no desenvolvimento das escritas de si (Passeggi; Abrahão; Delory-Momberger, t. II, 2012).

A (auto)biografia como método e perspectiva epistemológica evidencia-se por sua concepção humanística, social e educativa na formação-emancipação do sujeito que vive e interpreta as experiências que dão forma ao seu existir, fazendo ecoar pela narração, culturas e histórias que atravessaram a História na luta pela vida (Passeggi; Abrahão; Delory-Momberger, t. II, 2012). Trata-se, portanto, de refletir sobre: “O que me tornou quem eu sou? Por que penso desse modo? Em que e como posso mudar a minha vida?” (Passeggi; Abrahão; Delory-Momberger, t. II, 2012. p. 44 - grifo das autoras). Esse “tornar-se” é atravessado por múltiplas experiências que perpassam a singularidade e a pluralidade do ser ao desenvolver-se em espaços institucionais os quais implicam, intencionalmente ou não, na regulação de ação social desse mesmo sujeito (Passeggi; Abrahão; Delory-Momberger, t. II, 2012).

Sob esse viés, lançamos mão do conceito de instituição total que, segundo Goffman (2015, p. 11), “[...] pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de

indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada”. Dentre as instituições totais elencadas pelo autor (prisões, quartéis, hospitais, orfanatos, etc), pautamo-nos sob a que Goffman (2015, p. 17) determina como “[...] estabelecimentos destinados a servir de refúgio do mundo, embora muitas vezes sirvam também como locais de instrução para os religiosos. Como exemplos de tais instituições, é possível citar abadias, mosteiros, conventos e outros claustros”.

A narrativa que interpretamos perpassa este lugar de biopoder (poder sobre a vida), termo definido por Foucault (2008, p. 3) como “[...] o conjunto de mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral de poder”. A partir desse enfoque, a análise sobre minhas vivências enquanto ser humano e, por isso, ser social e político, também está situada na relação entre o Eu e os diversos Nós articulados em minha reconstrução identitária, justificando nesta narrativa (auto)biográfica, a transição dinâmica entre a primeira pessoa do singular e a primeira pessoa do plural.

Frente a esses apontamentos, compete-nos ainda esmiuçar brevemente sobre determinados processos a que são submetidos os que adentram numa instituição total, a fim de melhor compreendemos a narrativa que se descortinará adiante. Nesse sentido, Goffman (2015) nos sinaliza, entre outras questões, os processos de admissão, integração e de mortificação.

O primeiro processo consiste em impor uma barreira entre o mundo externo e interno à instituição total, separando o indivíduo de seus familiares, amigos e referências, forçando-o à renúncia de bens pessoais, costumes, direitos e liberdades que antecederam sua entrada na instituição. A este processo articulam-se diversas formas de violações do eu e que Goffman (2015) denomina como exposições contaminadoras, que nada mais é do que situações humilhantes projetadas sobre os sujeitos que têm seu conjunto de identidades questionado, invalidado e desfigurado.

O segundo processo, o de integração, pressupõe que no contexto de uma instituição total “[...] as esferas da vida são integradas de forma que a conduta do internado numa área de atividade é lançada contra ele, pela equipe dirigente, como comentário de verificação de sua conduta em outro contexto” (Goffman, 2015, p. 41). Desse modo, as circunstâncias as quais podem levar um indivíduo a adotar esta ou aquela conduta que porventura desagrade a equipe dirigente, é facilmente ignorada em detrimento do ato em si, responsabilizando frequentemente o sujeito e raramente o contexto.

Assim, chegamos ao processo de mortificação, que na conjuntura de uma ordem religiosa pode ser de natureza objetiva e/ou subjetiva, dado o contexto místico em que essa prática é

fomentada. Para Goffman (2015) tais mortificações incorrem na perda do conjunto de identidade(s) do indivíduo e, em casos extremos, podem causar danos ao próprio corpo.

A despeito desse processo, observamos, à luz de Goffman (2015), um pequeno excerto da “*Imitação de Cristo*”, cujo autor, Frei agostiniano, Tomás de Kempis, desenvolve reflexões teológicas no contexto da era medieval:

A natureza tem horror à mortificação, não quer ser oprimida, nem vencida, nem sujeita, nem submeter-se voluntariamente a outrem. A graça, porém, aplica-se à mortificação própria, resiste à sensualidade, quer estar sujeita, deseja ser vencida e não quer usar da própria liberdade: gosta de estar sob a disciplina, não cobiça dominar sobre outrem, mas quer viver, ficar e permanecer sempre debaixo da mão de Deus, sempre pronta por amor de Deus, e se curvar humildemente a toda criatura humana (Kempis, 1979, p. 172-173).

Em outro trecho, o autor dispõe o sobre a submissão na esfera monástica:

Não pode ficar por muito tempo em paz quem não procura ser o menor e o mais submisso de todos. Para servir vieste, não para mandar; *lembrate que foste chamado para trabalhar e sofrer e não para folguear e conversar [...]* (Kempis, 1979, p. 31 - grifo nosso).

A realidade apresentada como pertencente a um enredo da idade média, prevalece na contemporaneidade e vai além, pois ratifica a proposição de que em nossa sociedade as instituições totais “[...] são estufas para mudar pessoas; cada uma é um experimento natural sobre o que se pode fazer ao eu” (Goffman, 2015, p. 22). Assim, tomando como ponto de partida esses apontamentos iniciais, adentramos à narrativa (auto)biográfica a seguir.

Em nome de “Deus”: das violências ao eu social

Revejo nessa hora tudo que me ocorreu
Memória não morrerá
(Trecho da música “*Sentinela*” de Milton Nascimento)

Eu tinha 16 anos quando, em 02 de fevereiro de 2001, apesar da oposição inicial de minha família, ingressei numa instituição religiosa católica carmelitana de semiclausura. Para chegar a essa decisão, participei por um ano e meio de encontros vocacionais e decidi seguir esse caminho, mesmo sem compreender totalmente o que me esperava.

Recordo-me, de forma vívida, das impressões que o silêncio do claustro me causavam, era uma sensação híbrida de paz e medo. Nessa conjuntura dual, ao me despedir de minha mãe com um abraço apertado, pela primeira vez senti, mas sem compreender nitidamente, que minha vida tomaria rumos inimagináveis, haja vista que as formações recebidas nos encontros vocacionais não transpareciam a realidade que me aguardava.

Assim, em meus primeiros dias no convento participei de um retiro de acolhida, momento em que fui conduzida a aceitar a emergência de romper minhas relações com o mundo externo por

amor a Cristo e a à Igreja. Embora Goffman (2015) evidencie que para o indivíduo que ingressa numa instituição total essa barreira física e/ou subjetiva entre o mundo interno e externo configura-se como uma primeira mutilação do eu social, no ardor de minha juventude eu estava atraída pela retórica escatológica de viver a santidade na terra para alcançar a vida eterna no céu.

O discurso colonizador e monoteísta cristão ao qual fui introduzida desde os 11 anos por meio de processos catequéticos, limitou minha visão de um mundo plural. Nesse contexto acrítico, não percebia as violências que sobre mim eram projetadas desde os primeiros passos naquela instituição religiosa, uma vez que tais violações, eram naturalizadas como necessárias para alcançar o que as irmãs denominavam como “perfeição da caridade”.

No claustro, a vida era vigiada e marcada pelo sacrifício e renúncia das próprias vontades. A vigilância hierarquizada impunha a disciplina e a dominação do corpo pela observação (Foucault, 2014), com o objetivo de gerar medo e evitar possíveis fugas das irmãs. Por isso, nas saídas pastorais nunca estávamos a sós.

“De modo geral, evidentemente, o internado nunca está inteiramente sozinho; está sempre em posição em que possa ser visto e muitas vezes ouvido por alguém [...]” (Goffman, 2015, p. 32). Assim, a comunicação era restrita, as visitas de familiares controladas, as correspondências violadas, as conversas ao telefone vigiadas e cronometradas.

Tais processos violentam a autonomia do indivíduo que adentra uma instituição total e tem por objetivo torná-lo um ser dócil, adaptado e subserviente (Goffman, 2015).

O novato chega ao estabelecimento com uma concepção de si mesmo que se tornou possível por algumas disposições sociais estáveis no seu mundo doméstico. Ao entrar, é imediatamente despido do apoio dado por tais disposições. Na linguagem exata de algumas de nossas mais antigas instituições totais, começa uma série de rebaixamentos, degradações, humilhações e profanações do eu. O seu eu é sistematicamente, embora não muitas vezes intencionalmente, mortificado. Começa a passar por algumas mudanças em sua *carreira moral*, uma carreira composta por progressivas mudanças que ocorrem nas crenças que se têm ao seu respeito e a respeito dos outros que são significativos para ele (Goffman, 2015, p. 24 - grifo do autor).

Sob esse prisma, recordo-me que em meus primeiros dias como aspirante à vida consagrada, tive meus documentos confiscados e recebi um número de identificação (43) para marcar meus pertences. Tal procedimento experimentado no contexto das violações ao eu, não ocorre sem intencionalidade por parte dos dirigentes de uma instituição total, pois corroboram para a perda da identidade dos indivíduos (Goffman, 2015).

Em casos específicos, os números das irmãs que haviam deixado o convento não podiam ser repassados para as ingressantes, pois a madre os considerava como amaldiçoados. Destarte, as

irmãs que deixavam a vida consagrada recebiam adjetivos degradantes por parte da madre e outras religiosas, tais como defuntas, cadelas, vagabundas e putas.

Nessa direção, recordo-me de duas situações perturbadoras que presenciei. Na primeira, a madre sugeriu a uma irmã que queria deixar a vida religiosa na Itália se tornasse uma prostituta para pagar sua viagem de volta ao Brasil. Fiquei em choque e imobilizada diante dessas palavras.

Em outra ocasião, uma religiosa fugiu pulando um muro do convento e se machucou gravemente, em decorrência disso, a irmã responsável pela comunidade chamou-a de vagabunda por ter que levar seus documentos ao hospital. Esses eventos me marcaram profundamente e provocaram em mim questionamentos acerca do ambiente em que eu vivia.

Além desses apontamentos, é importante relatar que nesse ambiente conventual qualquer tipo de vaidade era terminantemente proibida, uma vez que a madre considerava a vaidade como fruto de tentações demoníacas que poderiam culminar na desistência da vocação religiosa. Assim, sob essa justificativa e com o apelo a uma vida pautada pela pobreza e mortificação, os banhos eram regularmente frios e sem o uso de chuveiro (que só era permitido aos domingos e dias solenes); o uso de cabelos longos era proibido, assim como os absorventes íntimos (usados somente em saídas pastorais e nos demais dias substituídos por toalhas). As roupas eram lavadas à mão, e assim, por inúmeras vezes meus dedos ficaram esfoliados, momento em que meu sangue, suor e lágrimas se misturavam àquela água suja que escorria rapidamente esgoto abaixo.

A mortificação constante também se estendia aos hábitos alimentares e aos sentidos do corpo. Presenciei cenas nas quais as irmãs eram obrigadas a ingerir alimentos que não lhe agradavam e abdicar dos que gostavam como forma de sacrifício a Deus. Éramos instruídas a não ouvir o que poderia nos afastar dos planos de Deus, mortificar o olfato para agradar a Deus, esgotar nossas forças físicas por amor a Deus. Mas será que Deus se agrada desses sacrifícios? Onde estaria o Deus do amor, da misericórdia e da compaixão?

Não obstante, nesse ambiente repressivo, fui publicamente repreendida por um simples gesto de tocar no ombro de outra jovem. A madre superiora me disse, aos gritos, que eu poderia desenvolver “tendências lésbicas” com minha ação, e por isso, de joelhos, fui obrigada a me desculpar publicamente. Para Goffman (2015) tais procedimentos culminam na perda do conjunto de identidade do indivíduo.

Destarte, inserida em uma rotina sistematicamente planejada, eu não conseguia refletir criticamente sobre tais questionamentos, pois nessa dinâmica o despertador tocava às 05h30 da manhã, iniciando as religiosas em atividades pautadas por diversas pausas para oração, trabalhos pastorais e domésticos. Também era dedicada uma hora do dia para realizar leituras de encíclicas

papais, catecismo e livros hagiográficos e qualquer comunicação nesses horários deveria acontecer por meio de bilhetes, e nem mesmo ir ao banheiro era permitido sem autorização expressa.

No horário do almoço era realizada a leitura do evangelho e do santo e do dia, além de um breve texto da regra de vida da instituição. Ao final do almoço, um grupo se voluntariava para lavar a louça e as demais irmãs se dirigiam para o momento do recreio. Na recreação, que durava cerca de uma hora, era permitido falar sobre atividades pastorais, assistir ao jornal veiculado pela Rede Globo e, obrigatoriamente, desenvolver algum trabalho manual.

Tal dinâmica praticamente se repetia durante o jantar e o dia era encerrado com uma oração noturna. Nesse momento acontecia o que as irmãs denominavam por “exame de consciência”, atividade em que, publicamente, as irmãs pediam perdão pelos possíveis erros cometidos durante o dia. Cabe salientar, por fim, que também fazia parte do cotidiano conventual a adoração perpétua ao Santíssimo Sacramento².

A rotina esboçada nesta narrativa vem ao encontro do que Goffman (2015) compreende como rupturas que caracterizam o aspecto central das instituições totais.

Em primeiro lugar, todos os aspectos da vida são realizados no mesmo local e sob uma única autoridade. Em segundo lugar, cada fase da atividade diária do participante é realizada na companhia imediata de um grupo relativamente grande de outras pessoas, todas elas tratadas da mesma forma e obrigadas a fazer as mesmas coisas em conjunto. Em terceiro lugar, todas as atividades diárias são rigorosamente estabelecidas em horários, pois uma atividade leva, em tempo determinado, à seguinte, e toda a sequência de atividades é imposta de cima, por um sistema de regras formais explícitas [...]. Finalmente, as várias atividades obrigatórias são reunidas num plano racional único, supostamente planejado para atender aos objetivos oficiais da instituição (Goffman, 2015, p. 17-18).

Durante o ano todo as irmãs cumpriam essa rotina, exceto nas férias internas, que aconteciam de dezembro a janeiro. Nesse período, cada grupo de irmãs tinha uma semana de descanso para assistir desenhos animados, brincar, nadar e ler gibis, porém sem abrir mão dos momentos de oração e pequenos afazeres domésticos. Em um dos momentos de recreação, presenciei a madre realizar uma suposta brincadeira ao encostar uma mangueira de água nas genitálias de uma irmã, sob a justificativa de estimular as demais religiosas a se lavarem antes de entrar na piscina.

Tais apontamentos me fazem questionar como seria possível construir meu senso crítico e reflexivo nessa rotina de alienação? Qual seria o caminho para descolonizar a mente e libertar o corpo de tantas amarras materiais e simbólicas? Enquanto não encontrava respostas para tais

² Consiste em adoração ininterrupta a Jesus Sacramentado na hóstia consagrada. Para a organização da adoração perpétua era feita uma escala diária de irmãs que se revezavam de hora em hora para esse momento.

indagações, afastada da família, das amigadas outrora constituídas e com a comunicação restrita, adaptei-me à desumanização que sobre minha corporeidade e psique eram violentamente projetadas. A palavra obediência ditava a regra da sobrevivência numa dinâmica em que não era permitida a ociosidade. Assim, as irmãs eram imbuídas a aprender que “mente vazia é oficina do diabo” e quem “obedece a madre obedece a Deus”.

Em contrapartida a essa realidade panóptica³, a madre superiora gozava de privilégios exorbitantes em comparação às irmãs. Enquanto as irmãs tinham condições precárias de vida, a madre dormia em uma suíte, tinha alimentos de qualidade superior e usufruía de outras regalias. A título de exemplo, as roupas da madre recebiam tratamento de higienização diferenciado e não podiam ser misturadas às vestimentas das demais religiosas. Lavávamos inclusive suas peças íntimas e, de vez em quando, era possível encontrar alguma irmã que considerava uma dádiva celeste ser escalada para lavar as calcinhas da madre.

Nessa relação dialética entre opressoras e oprimidas (Freire, 2022b), os anos foram se passando. Vi minha autonomia se dispersar como fumaça lançada ao vento e minhas ações serem determinadas por um medo negativo, que culminou num apagamento temporal de minha capacidade reflexiva, de tal maneira que eu já não ousava mais questionar, apenas obedecia. Tampouco conseguia me enxergar num ambiente externo ao convento, pois acreditava que a vida pautada pelo sofrimento seria a vontade de Deus para mim.

Somava-se a isso o fato de que a madre afirmava não haver vida digna para quem deixasse a vocação religiosa. Segundo suas pseudo-crenças, as irmãs que saíam do convento seriam castigadas por Deus com tumores, ou então, seriam condenadas à esterilidade de seus úteros e obrigadas a viver em relações conjugais abusivas.

No apogeu de seu narcisismo, se autoproclamava a pupila dos olhos de Deus e manifestava intensa fúria contra qualquer pessoa que colocasse em dúvida suas atitudes e favorecimentos. Dizia ainda, com veemência, que deveríamos ser “mulheres barbadas”, no sentido de que não deveríamos nos render ao que ela denominava como “frescuras de mulher” e que nos forjando dessa maneira estaríamos nos preparando para dar a vida por Cristo.

Mas havia dois pesos e duas medidas, já que ela buscava tratamento de qualidade quando adoecia e atribuía o nome de “Judas Iscariotes” a quem não a visitava nessas circunstâncias. Nessa conjuntura, interiorizei todas as regras e aprendi a disciplina. Ao desumanizar-me, de oprimida passei a opressora (Freire, 2022b) e comecei a reproduzir as violências que de maneira invasiva havia recebido.

³ Ao recorrermos à expressão “estrutura panóptica”, referimo-nos ao conceito sobre o qual discorre Foucault (2014) em seu livro “Vigiar e punir”. Idealizado por Jeremy Bentham, o panóptico consistiu na construção arquitetônica de uma prisão tida como ideal, com vista a possibilitar a vigilância constante sobre os corpos dos que se encontravam em regime de privação de liberdade.

Foram anos difíceis em que estando perdida, não sabia o que fazer para me reencontrar, pois além de me afastar de mim mesma, o regime conventual me afastou dos meus laços parentescos. A intencionalidade na aplicabilidade dessa alienação parental resulta na perda do papel familiar dos indivíduos e na anulação de sua base histórica pessoal (Goffman, 2015). “Em muitas instituições totais, inicialmente se proíbem as visitas de fora e as saídas do estabelecimento, o que assegura uma ruptura inicial profunda com os papéis anteriores [...]” (Goffman, 2015, p. 24).

Contudo, eu não imaginava que essa ruptura seria teoricamente desfeita a partir da entrada de uma de minhas irmãs biológicas no mesmo convento em que eu estava, haja vista que seu ingresso na vida religiosa ocorreu três anos após minha entrada no convento. Tal realidade me causou inúmeras inquietações, pois eu não queria que ela fosse submetida a esse contexto de sofrimento.

Porém, sem poder de ação para intervir nessa situação, optei por um silêncio que gritava em meu interior, pois vi minha irmã passar por diversas violações ao seu eu social. Diante dessa realidade, assumi uma postura mórbida e alienante ao considerar que o sofrimento dela na terra seria efêmero perante uma vida eterna no céu.

Desse modo, os anos se passaram pesadamente e, ao final de 2002, professei os votos temporários de castidade, pobreza e obediência. Resignada, desenvolvi durante meu período de permanência no convento diversas atividades: atuei como catequista, operadora de câmera numa rede de televisão católica, trabalhei no sistema de atendimento ao cliente de uma Fundação Pontifícia e coordenei as atividades numa casa de acolhida para crianças com o Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV), mesmo que à época sem nenhuma formação acadêmica.

Também realizava visitas pastorais aos enfermos da Santa Casa de Santo Amaro (SP), momento em que tive contato com outros líderes religiosos que, mais inclinados aos movimentos das comunidades eclesiais de base, falavam de um educador chamado Paulo Freire, personagem que à época me era desconhecido. No convento em que eu estava, a perspectiva dos movimentos eclesiais de base eram repugnados, pois as aspirações ideológicas da congregação se pautavam em discursos conservadores, por isso aprendi a fazer oposição a qualquer narrativa fora desse contexto.

Destarte, não me importava saber quem era Paulo Freire, meu foco era tão somente refutar suas ideias ainda que eu nunca tivesse lido suas obras. Mesmo me opondo aos movimentos eclesiais de base, que se pautavam por uma pedagogia emancipadora, continuei a realizar os diversos trabalhos que me eram designados. Todas essas atividades foram realizadas de maneira informal e sem a percepção de qualquer tipo de remuneração.

Acostumada a tais condições, em dezembro de 2005 fui admitida para tornar-me religiosa de votos perpétuos, momento em que passei por um retiro de sete dias. No último dia, as irmãs se

reuniram em oração fervorosa pelas futuras consagradas, momento em que ouvi algumas pedindo a Deus a nossa morte caso deixássemos o convento para nos deitar com um homem futuramente. Não morrendo naquela noite “escura”, em 10 de dezembro de 2005, tornei-me religiosa de votos perpétuos e assumi viver com profundidade os votos de pobreza, castidade e obediência.

Ao final da celebração dos votos religiosos, fui submetida a um ritual que somente as irmãs de votos perpétuos tinham conhecimento: vendaram meus olhos, tiraram meus sapatos e amarraram as pontas das meias dos meus pés uma à outra. Nessas condições me empurravam de um lado para o outro de modo que eu não tinha controle algum sobre meu próprio corpo.

Depois disso, carregaram-me até o piso superior do convento e, ainda de olhos vendados, fizeram-me sentar em uma cadeira e perguntaram-me se eu amava a Jesus. Mesmo respondendo positivamente, senti que alguém pressionou minha cabeça para baixo e mergulhou meu rosto em uma bacia com gelatina. Após essas etapas, eu escutava risos das irmãs e a voz da madre cada vez mais perto, momento em que ela levantou minha vestimenta e encostou pedras de gelo em minhas partes íntimas, proferindo ao meu ouvido palavras que minha memória fez questão de esquecer.

Esse ritual era considerado pelas irmãs como uma espécie de trote para as novas consagradas, contudo, configurava-se em atos vexatórios dos quais só tomei consciência anos depois de minha saída do convento, no processo de refletir sobre o vivido. Assim, neste momento de resignificação do vivido, sinto a necessidade de uma pequena pausa, momento necessário em que me refugio nas palavras de Serres (1993, p. 28): “A minha vida reduz-se talvez à memória desse momento dilacerante em que o corpo explode em partes e atravessa um rio transversal em que correm as águas da memória e do esquecimento”.

Nesse processo híbrido entre as reminiscências e o desmemoriamiento, com o passar do tempo naturalizei a situação a que fui submetida, e ao professar os votos perpétuos tornei-me uma desconhecida de mim mesma. Já não sabia mais quem eu era, tampouco para onde ia e como “morta-viva, vivia” (Evaristo, 2017, p. 30). Fortemente imobilizada pelos meus medos, já não me imaginava fora do contexto da vida conventual. Porém, aquém da minha morbidez, os ventos da libertação quiseram soprar sobre mim.

Nesse sentido, minha irmã biológica, que estava há cinco anos no convento, pediu para deixar a vida consagrada e sua saída foi marcada por diversos processos de violência física, psicológica e moral. Acompanhei de maneira inerte a madre desferir tapas em seu rosto e lhe bater com o hábito religioso, alegando que sua saída do convento era um desejo demoníaco. De joelhos, minha irmã aceitou resignadamente essa violência e foi levada para viver sob vigilância na casa de formação do noviciado. Com sua liberdade cerceada, minha irmã colocou em ação uma tentativa

de fuga, porém, ao ser flagrada em seu ato de desespero na busca pela liberdade, foi expulsa do convento após afirmar que denunciaria a madre por cárcere privado.

Mesmo sendo testemunha ocular e participante ativa dessa ação desumanizante, permaneci por mais um ano no convento após a saída de minha irmã, período em que já não encontrava mais motivos para permanecer em um lugar que, em nome de “Deus”, eram cometidas tais atrocidades. A todo instante eu rememorava as violências impostas sobre minha irmã e sobre as demais religiosas que tão somente quiseram recomeçar suas vidas em outros contextos. Assim, culpava-me constantemente por não ter feito nada frente a esses acontecimentos.

Os efeitos psicológicos sobre essa situação começaram a incidir sobre minha corporeidade, pois, conforme nos ensina Adorno (2023, p. 137): “Em cada situação que a consciência é mutilada, isto reflete sobre o corpo [...]”. Fiquei com a saúde fragilizada, perdi peso e de vez em quando apresentava sintomas febris. Nessas circunstâncias, amadureci a ideia de deixar o convento, pois aos 24 anos eu estava saturada de ver e corroborar com o sofrimento alheio em nome da fé, situação que me impulsionava a encontrar novos caminhos.

Exatamente nesse período tive acesso a uma obra literária que nunca tinha visto antes no convento, haja vista que praticamente não acessamos esse tipo de conteúdo. O livro que chegou em minhas mãos foi “*Os miseráveis*”, obra do escritor francês Victor Hugo. Ao ler nesta obra ficcional os atos misericordiosos do bispo Monsenhor Bienvenu para com Jean Valjean (Hugo, 2014), tomei consciência de que as atitudes da madre e de algumas irmãs (inclusive as minhas) eram antagônicas à narrativa que se descortinava diante dos meus olhos pois, segundo Hugo (2014), Monsenhor Bienvenu era indulgente com as mulheres e os pobres, sobre quem recai o peso da sociedade humana.

No mesmo período, não sei se por descuido ou não das irmãs, assisti, durante as férias conventuais, além dos desenhos animados e filmes sobre a vida de santos católicos, a obra cinematográfica “*A lista de Schindler*”⁴, de Steven Spielberg. Este filme me conduziu a profundas reflexões quando, ao articular a arte com a realidade, fiz analogias entre os personagens da trama e o contexto em que eu estava inserida. Nesse instante de lucidez, minha consciência crítica despertou do sono ao qual fora induzida por anos e sem receios, chorei copiosamente. Literatura e arte, consideradas inimigas de regimes ditatoriais, me mostravam uma nova estrada a ser percorrida.

Assim, considerando as condições objetivas à qual eu estava submetida, fugi após oito anos de ingresso (em 02 de fevereiro de 2009), junto com outras duas irmãs que não comungavam com

⁴ Longa-metragem que retrata o extermínio dos povos judeus e outros povos marginalizados sob o regime nazista de Adolf Hitler.

a dinâmica degradante da vida conventual. Nessa ocasião, tentamos inclusive uma audiência com o bispo diocesano, a fim de deixá-lo ciente da realidade que se passava no convento, contudo, a audiência foi cancelada e tal situação pesou sobre nossa decisão de fugir.

No ato de minha fuga, senti uma brisa no rosto e um aperto no peito que me instigava a um medo similar ao descrito no conto *“A gente combinamos de não morrer”*, de Evaristo (2016, p. 100): “Se ao menos o medo me fizesse recuar; pelo contrário, avanço mais e mais na mesma proporção desse medo. É como se o medo fosse uma coragem ao contrário. Medo, coragem, coragemedo, coragemedo de dor e pânico.”

Todavia, naquele momento de sensações múltiplas, não havia tempo para mais nada, ou eu corria, ou seria pega em meu ato de fuga. Assim, sem titubear, segurei firmemente o crucifixo que carregava sobre o peito, deixei o convento e saí correndo sem olhar para trás. Com o rosto banhado em lágrimas, a ponto de escorrer pelo pescoço e turvar minha visão, entoiei em voz baixa a seguinte canção:

No peito eu levo uma cruz, no meu coração o que disse Jesus
No peito eu levo uma cruz, no meu coração o que disse Jesus

Eu sei que não tenho a idade, da maturidade de quem já viveu
Mas sei que eu já tenho a idade
De ver a verdade, o que eu quero é ser eu [...] (Padre Zezinho, 2017).

Frente a essas reminiscências, no movimento de buscar forças para prosseguir nesta narrativa, sinto-me espelhada nas seguintes palavras:

Desculpai-me mas vou continuar a falar de mim que sou meu desconhecido, e ao escrever me surpreendo um pouco pois descobri que tenho um destino. Quem já não se perguntou: sou um monstro ou isto é ser uma pessoa? Quero antes afiançar que essa moça não se conhece senão através de ir vivendo à toa. Se tivesse a tolice de se perguntar “quem sou eu” cairia estatelada e em cheio no chão. É que “quem sou eu?” provoca necessidade. E como satisfazer a necessidade? Quem se indaga é incompleto (Lispector, 1998, p. 15).

De fato, em minha incompletude não me importa saber quem eu sou. Antes, porém, os questionamentos se voltam para a compreensão do que estou sendo como ser inacabado. Como sigo construindo minha identidade? Quais as provocações que esta (auto)biografia me causa no sentido de movimentar-me e entendê-la a partir do aqui e agora em minha atuação pessoal e profissional como servidora da educação pública?

Tais problematizações me conduzem a lançar mão das experiências que se constituíram a partir de minha saída do convento, a fim de perceber as articulações estabelecidas na dinâmica indissociável entre vida pessoal e profissional comumente ressignificadas nesse processo (auto)biográfico e (trans)formador.

No novo tempo, apesar dos perigos

No novo tempo
Apesar dos castigos
Estamos em cena
Estamos na rua
Quebrando as algemas
Pra nos socorrer

(Trecho da música “*Novo Tempo*” de Ivan Lins)

A estrofe da canção de Ivan Lins, que abre esta seção, nos insere nesse “Novo tempo” (auto)biográfico evidenciando os desafios de reiniciar a vida fora dos muros conventuais. Afinal, havia passado toda a juventude inserida em um regime de semi-clausura que culminou na fragilização dos meus laços familiares até hoje não recuperados totalmente. Além disso, sem dar prosseguimento aos estudos durante minha permanência no convento, cheguei à vida adulta tendo como educação formal apenas o ensino médio, sem experiência profissional comprovada e assistência previdenciária e social.

Tais sentimentos de perda são esboçados por Goffman (2015), ao considerar que os indivíduos que passaram por significativo período em uma instituição total, ao serem confrontados novamente com o mundo externo, sentem-se como exilados da vida e tendem a considerar que “[...] o tempo passado no estabelecimento é tempo perdido, destruído” (Goffman, 2015, p. 64). O autor acrescenta ainda:

Por mais duras que sejam a condições de vida nas instituições totais, apenas as suas dificuldades não podem explicar esse sentimento de tempo perdido; precisamos considerar as perdas dos contatos sociais provocadas pela admissão numa instituição total e (usualmente) pela impossibilidade de aí adquirir coisas que possam ser transferidas para a vida externa - por exemplo, dinheiro, formação de ligações conjugais, certidão de estudos realizados. (Goffman, 2015, p. 65).

Ao deixar o convento sem planejamento, documentos ou recursos financeiros, vestida apenas com o hábito religioso e pautada por um futuro incerto, fiquei hospedada por alguns dias na casa da mãe de uma das irmãs que saiu comigo. Minha mãe, influenciada por informações falsas da mãe, recusou-se a me acolher naquele momento.

Após a saída do convento, seguimos orientações de sacerdotes externos e permanecemos com o hábito religioso por 23 dias. Já em 25 de fevereiro de 2009, retornamos ao convento para assinar a dispensa de votos perpétuos e enfrentamos algumas ameaças por parte de mãe. Depois desse período,⁵ renovamos os votos de maneira secular⁵, ocasião em que fomos acolhidas em uma

⁵ Laboratório de estudos do discurso, das expressões artísticas e da educação - Bakhtinianas da Universidade Federal da Fronteira Sul.

comunidade de vida católica situada na região metropolitana de São Paulo, enfrentando os desafios de adaptação a uma vida fora do convento.

Com o passar do tempo, nossos destinos tomaram rumos diferentes, pois compreendi que eu não queria mais viver como consagrada. Além disso, percebemos várias semelhanças entre essa comunidade e o convento. Porém, sem ter para onde ir, permaneci por mais um período nessa comunidade e clamava por uma luz “divina” para sair dessa situação que me adoecia psicologicamente.

Ao decidir deixar a vida consagrada, me separei das duas irmãs e me uni aos demais membros dessa comunidade de vida. Nesse período, desenvolvi trabalhos missionários visitando pessoas em situação de rua (inclusive dormindo na rua em alguns finais de semana), pessoas em privação de liberdade e realizei outras atividades de evangelização na região conhecida pejorativamente como a cracolândia de São Paulo. Tal realidade me permitiu viver experiências que continuam latentes em minha memória.

Após oito meses de vivência nessa comunidade, entrei em contato com minha irmã que havia saído do convento, pedindo a ela a possibilidade de me acolher em sua casa, o que foi atendido prontamente. Porém, ela havia se mudado para a cidade de Blumenau, no estado de Santa Catarina e, assim, com ajuda financeira de um padre, comprei a passagem para recomeçar a vida fora de São Paulo.

Ao chegar em Blumenau, em setembro de 2009, passei por diversos processos de reconstrução de minha identidade. Consegui meu primeiro trabalho formal (e tantos outros que vieram na sequência), tive meu primeiro namorado, fiquei noiva em 2010, engravidei e no ano seguinte, no mês de fevereiro, dei à luz ao meu filho. Contudo, essas (trans)formações aconteceram de maneira acelerada e sem que eu tivesse suporte psicológico e material para lidar com elas. Em decorrência disso, entrei num quadro depressivo e tentei tirar a própria vida.

Nessa conjuntura e já em 2013, eu trabalhava como operadora de produção e percebia em meu corpo as consequências de trabalhar em atividades repetitivas por horas a fio num chão de fábrica. Senti raiva, amaldiçoei a vida e os anos passado no convento. Via-me fadada ao fracasso e condenada a viver uma vida miserável, sem imaginar que o destino me reservava outros planos.

Certo dia, atuando naquele contexto taylorista fabril, chegou em minhas mãos um pequeno material impresso sobre os cursos ofertados no Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) e, em posse dessa informação, alimentei a esperança de voltar a estudar. Sem titubear, me inscrevi para um dos cursos ofertados (Técnico em Administração) e no ano seguinte (em 2014) deixei o trabalho fabril para me dedicar aos estudos.

Inserida nesse cenário plural de construção do pensamento crítico e reflexivo, passei a atuar como bolsista de um projeto de extensão, e recebi como presente do meu orientador o livro *“Política e Educação”* de Paulo Freire, o mesmo educador que no contexto conventual havia aprendido a refutar. O legado epistemológico de Freire tornou-se um divisor de águas em minha trajetória quando me deparei com o seguinte fragmento:

Às vezes, ou quase sempre, lamentavelmente, quando pensamos ou nos perguntamos sobre nossa trajetória profissional, o centro das referências está nos cursos realizados, na formação acadêmica e na experiência vivida na área da profissão. Fica de fora como algo sem importância a nossa presença no mundo. É como se a atividade profissional dos homens e das mulheres não tivesse nada que ver com suas experiências de menino, de jovem, com seus desejos, com seus sonhos, com seu bem-querer ao mundo ou com seu desamor à vida (Freire, 2015, p. 94).

Frente a esses apontamentos, minha vida se metamorfoseou, e ao atribuir novos sentidos às experiências que me atravessaram ao longo da vida, me percebi como um ser em contínuo inacabamento ao transitar na temporalidade do devir refletindo que:

Esse tempo não é homogêneo, é ritmado por “momentos” significativos, por ocasiões, por rupturas; é o tempo da aventura humana, a da espécie, a do indivíduo. Esse tempo, por fim, se desenvolve em três dimensões, que se interpenetram e se supõem uma à outra: o presente, o passado e o futuro (Charlot, 2000 p. 79).

Envolta nessa tríade temporal, prossegui rumo a uma educação pautada pela pedagogia da esperança (Freire, 2022a) e concluí o curso técnico em administração. No mesmo ano fui aprovada em concurso público para atuar como técnica administrativa em educação no IFSC, tomando posse em 2015, no campus de Chapecó. Nesse mesmo ano prestei o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e com a aprovação ingressei no ano seguinte no curso de Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Nas trocas de saberes experienciados nesse espaço acadêmico, também participei de estudos pautados pelas obras de Bakhtin⁶, sendo motivada por algumas professoras a olhar para minha história de vida pelas lentes do conhecimento científico e, embora tenha colocado em curso esta tarefa, precisei fazer diversas pausas nesse processo de escrivência (Evaristo, 2018). Nesses intervalos, busquei apoio psicológico para curar algumas feridas e, atravessada por necessidades de cunho financeiro, necessitei pedir remoção de Chapecó para o campus Itajaí, o que resultou no trancamento de minha matrícula na Pedagogia e posterior mudança de curso, momento em que retornei para a área da gestão.

⁶ Sem vínculo com qualquer instituição religiosa.

Nesse período também passei pelo processo de separação ao me perceber vivendo em um relacionamento abusivo e, em meio a tantas mudanças desafiadoras, concluí o curso Tecnólogo em Processos Gerenciais no ano de 2020. Assim, no dinamismo dessa vida descompassada, percebi a vida como uma trama que em seu espaço-tempo, produz múltiplos sentidos em meu agir pedagógico, afinal:

Carregamos conosco a memória de muitas tramas, o corpo molhado de nossa história, de nossa cultura; a memória, às vezes difusa, às vezes nítida, clara, de ruas da infância, da adolescência; a lembrança de algo distante que, de repente, se destaca límpido diante de nós, em nós [...] (Freire, 2022a, p. 45).

Nessa perspectiva, dei prosseguimento aos estudos e fui aprovada no ano de 2021 no curso de mestrado em Educação do IFC, com um projeto de pesquisa (auto)biográfica do qual emana este artigo. No decorrer do curso (2021-2023), deparei-me com autores que nunca antes havia acessado, como por exemplo, Foucault (2014) e Goffman (2015). Tal referencial teórico me fez perceber que de forma inconsciente eu articulei em diversos momentos da minha ação pedagógica e na educação de meu filho, o mesmo tratamento rígido que eu havia recebido no convento. Foi preciso trabalhar em novas ressignificações e lançar luz sobre a temporalidade do devir, pois, corroborando com Freire (2022a, p. 26): “Às vezes, nós é que não percebemos o “parentesco” entre os tempos vividos e perdemos assim a possibilidade de “soldar” os conhecimentos desligados e, ao fazê-lo, iluminar com os segundos a precária claridade dos primeiros”.

Por fim, com a exposição desta narrativa, buscamos discorrer sobre as coisas vividas, as palavras ditas e os silenciamentos repletos de simbologias (Freire, 2022a). Assim, ratifico minha aspiração de que esta pesquisa possa reverberar na vida de Outros “sujeitos”.

Ademais, também me pergunto sobre o que vem depois disso? Por ora, considero que prossigo inconclusa na busca por novos caminhos evidenciando a seguinte reflexão: “Parte e então tudo começa, pelo menos a tua explosão em mundos à parte. E tudo começa por esse nada” (Serres, 1993, p. 23).

À guisa da conclusão

A narrativa que apresentei me desafiou a lançar um olhar enviesado, crítico e reflexivo sobre minhas vivências decorridas numa instituição total conventual (Goffman, 2015). Por meio da (auto)biografia, busco problematizar as violações ao eu social impostas aos sujeitos por personalidades pseudo-religiosas que, em nome de “Deus”, subjugam o próximo com um viés medieval de alienação e degradação humana em pleno século XXI.

Cabe ressaltar, no entanto, que a narrativa em questão não se trata de uma generalização, tampouco pode se configurar em uma situação isolada, pois no decorrer dos anos experimentados a ferro e fogo na esfera conventual, presenciei situações similares às que vivi. De igual modo, também me deparei com pessoas que demonstravam total identificação com o modo de vida hierárquico, autoritário e controlado dessa instituição.

Frente a esses apontamentos, caminhamos para o encerramento deste artigo cientes de cumprirmos o papel de analisar a influência de tais experiências em minha atuação profissional como servidora pública da educação. Além disso, esta narrativa nos aponta outras possibilidades de reflexão no que tange às possíveis violações aos direitos fundamentais individuais e coletivos previstos em nossa Constituição Federal de 1988, quando versa que ninguém será submetido a tratamento desumano e degradante; quando determina ser inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telefônicas, quando garante o direito à liberdade e o direito social da previdência (Brasil, 1988).

Ademais, torna-se pujante a necessidade de se lançar um olhar atento às pessoas que, inseridas em contextos similares ao qual fui submetida, são igualmente violadas em seu direito de deixar esses espaços, e quando o fazem, na maioria das vezes não são providas de recursos que lhe assegurem formas autônomas de sobrevivência após anos de realização de trabalhos não remunerados. Tive a oportunidade de conhecer pessoas que, assim como eu, ao saírem do convento, entraram em quadros de adoecimento físico e psicológico, dificultando a inserção ou reinserção no mundo do trabalho. Além desses apontamentos, questionamos qual a responsabilização caberia aos representantes religiosos que dirigem tais instituições ao agirem de forma arbitrária, subjugando seus subordinados em nome de crenças e dogmas, como se estivessem acima da lei? Quantas mulheres ainda terão de suportar resignadamente tais violências?

Frente a essas indagações que fazem reverberar em mim uma justificada raiva (Freire, 1996), acredito ter colaborado, ainda que timidamente, para dar visibilidade a essa situação quando, ao sair do convento, escrevi ao bispo diocesano da época uma pequena carta elencando os motivos que me levaram a deixar a vida consagrada. Tal documento compôs uma espécie de dossiê que foi enviado à Roma e culminou em uma investigação canônica no convento e, conseqüente afastamento temporário da madre fundadora desta congregação religiosa.

Ainda que essa medida tenha sido tomada, ela pouco ameniza os danos que me foram causados durante esses anos. Convivo cotidianamente com as reminiscências desse período, luto contra os pesadelos de me ver presa nesse lugar, tento, na medida do possível, me reaproximar dos meus familiares e corroborar para uma educação que não se instrumentalize pelo medo e persuasão.

Por fim, nos vemos diante de uma última questão (na certeza de que outras poderão emanar a partir dela): qual seria o papel da ciência e da educação perante essa realidade? Sem respostas simples para uma questão que consideramos complexa, acreditamos que educação se constitui por sujeitos ativos no mundo e, nesse sentido, buscamos fazer dessa escrita acadêmica apenas um caminho de possibilidades de reflexões críticas acerca da temática que analisamos, mas também para dialogarmos novamente com a poética canção de Ivan Lins:

Pra que nossa esperança
Seja mais que vingança
Seja sempre um caminho
Que se deixa de herança.

Referências

ADORNO, Theodor W. *Educação e emancipação*. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em 20 maio de 2024.

CHARLOT, Bernard. *Da relação com o saber: elementos para uma teoria*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

EVARISTO, Conceição. *Becos da memória*. 3. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2018.

EVARISTO, Conceição. *Olhos d'água*. Rio de Janeiro: Pallas: Fundação Biblioteca Nacional, 2016.

EVARISTO, Conceição. *Ponciá Vicêncio*. 3. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população*: curso dado no College de France (1977 - 1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. 31. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2022a.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 82. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022b.

FREIRE, Paulo. *Política e educação*. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 2015.

HUGO, Victor. *Os miseráveis*. São Paulo: Martin Claret, 2014.

KEMPIS, Tomás de. *Imitação de Cristo*. São Paulo: Paumape, 1979.

LISPECTOR, Clarice. *A hora da estrela*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

PADRE ZEZINHO, scj - *Nova geração*. Intérprete: Padre Zezinho. In: *Canção para meu Deus*. [S.L]: Paulinas- Comep, 2017. (3 min.), son color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9DhgGORFGdg>. Acesso em: 29 maio. 2024.

PASSEGGI, Maria da Conceição; ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto; DELORYMOMBERGER, Christine. Reabrir o passado, inventar o devir: a inenarrável condição biográfica do ser. In: PASSEGGI, Maria da Conceição; ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto (orgs.). *Dimensões epistemológicas e metodológicas da pesquisa (auto)biográfica*. Natal: EDUFRN; Porto Alegre: EDIPUCRS; Salvador: EDUNEB, 2012. t. II, p. 29-57.

SERRES, Michel. *O terceiro instruído*. Portugal: Instituto Piaget, 1993.